

## **TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SUDOESTE DO PARANÁ: POLÍTICAS PÚBLICAS E A PÓS-GRADUAÇÃO**

Giovanna Pezarico  
Marlize Rubin Oliveira  
Maria de Lourdes Bernartt

### **Resumo:**

O artigo apresenta resultados de estudos e discussões que abordam as questões do desenvolvimento e as relações da Educação Superior Brasileira, a partir de movimentos verificados na Região Sudoeste do Paraná. Em termos mais específicos, tais estudos objetivaram a compreensão das trajetórias da expansão da Educação Superior no contexto da Pós-Graduação (*Stricto Sensu*). Toma-se como *lócus* analítico a região Sudoeste do Paraná e as suas respectivas IES federais e estaduais, observando o contexto da Educação Superior e os movimentos inerentes às políticas públicas no contexto brasileiro. A partir disso, expõe um breve panorama da expansão da Educação Superior pela via da Pós-Graduação, com dados coletados em documentos oficiais da CAPES, como os Documentos de Áreas e no Caderno de Indicadores. A pesquisa abarcou 14 programas de Pós-Graduação (*Stricto-Sensu*) implantados até o ano de 2014 na região. Contudo, para que tais trajetórias possam ser discutidas com coerência, as pesquisas exploratórias e documentais abarcam um recorte temporal que compreende os anos de 1960 a 2014. Assim, verifica-se em termos de sínteses, que tais movimentos em torno da expansão da Educação Superior, nesta região, processam-se, constituindo outro momento histórico singular, em termos de análise - o resgate da atuação pública. É, pois, neste contexto, que se busca aprofundar a discussão em torno dos movimentos da Educação Superior no Sudoeste do Paraná, em diálogo com as dinâmicas decorrentes para o desenvolvimento regional.

### **Palavras-chave:**

Políticas Públicas; Pós-Graduação; Educação Superior; Desenvolvimento Regional; Sudoeste do Paraná.

### **1 Introdução**

As análises do contexto histórico da Educação Superior, bem como, de suas instituições e os diálogos com as perspectivas atreladas ao desenvolvimento regional trazem como desafio a compreensão das condições políticas, sociais, culturais e econômicas imbricadas. Assim, de forma preliminar, o presente estudo parte da premissa que as políticas públicas para essa modalidade de ensino, principalmente nas últimas quatro décadas no contexto brasileiro, experienciaram reformas amplas no que diz

respeito ao avanço da democracia e das formulações institucionais estabelecidas nos últimos governos.

Para tanto, o presente artigo objetiva a apresentação e discussão de resultados de estudos que têm se preocupado em abordar as questões do desenvolvimento e as relações da Educação Superior Brasileira, a partir de trajetórias e movimentos protagonizados por Instituições de Educação Superior, na Região Sudoeste do Paraná. As pesquisas exploratórias e documentais abarcam um recorte temporal que compreende os anos de 1960 a 2014. Os resultados demonstram que as trajetórias desse nível de ensino na região possuem como pano de fundo a idéia uníssona e acentuadamente expressa de desenvolvimento. É, pois, neste contexto, que se busca aprofundar a discussão em torno dos movimentos da Educação Superior no Sudoeste do Paraná, em diálogo com as dinâmicas decorrentes para o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, é importante considerar a Reforma Universitária de 1968 como um marco na estruturação da Educação Superior. Para Rossato (2005), a Reforma trouxe também a consolidação da Pós-Graduação do país ao tratar da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa pelo qual favoreceu que a década seguinte fosse caracterizada por investimentos na área da Pós-Graduação. Nesta reforma, definiu-se um novo perfil para as novas instituições com o intuito de garantir o controle político-acadêmico da instituição, bem como foi inserido um departamento para matrículas semestrais, e no que diz respeito à Pós-Graduação e pesquisa, foi necessário a criação de uma estrutura com equipamentos e biblioteca para atender a esse propósito. Em mesmo sentido, Trindade (1999) pontua que o arcabouço de mudanças, conseqüentemente ocasionou uma expansão de pessoal nas áreas da docência e técnico-administrativa.

No contemporâneo, as políticas públicas atuais para Educação Superior, parecem indicar a retomada do papel do Estado como agente financiador de projetos de expansão e interiorização das IES públicas e na busca por padrões internacionais para o sistema de avaliação, trazendo implicações consistentes para as perspectivas do desenvolvimento. Franco e Morosini (2003) estabelecem três fases das políticas públicas brasileiras para a Educação Superior na vertente da expansão desde a década de 1970: a primeira fase se estabeleceu com o movimento da sociedade para a expansão das IES na interiorização da educação superior e a criação dos cursos de Pós-Graduação. Na segunda fase, devido às pressões por titulação ocorre o movimento para a expansão dos cursos de Pós-Graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), e por fim, na terceira fase, a diversificação dos cursos e programas configurando um sistema de educação continuada.

Nesse contexto a expansão da Pós-Graduação no Brasil está vinculada em políticas públicas ancoradas e articuladas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento e pelos PNPG's - Planos Nacionais de Pós-Graduação. Diante desse cenário uma das questões balizadoras que se apresenta é: como a expansão da Educação Superior no contexto da Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) na região Sudoeste do Paraná se insere no contexto das políticas públicas e quais diálogos estabelece com o desenvolvimento regional?

A proposta desse artigo é de identificar a trajetória sobre as trajetórias e movimentos da expansão da Educação Superior no contexto da Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) na região Sudoeste do Paraná. A análise ocorreu a partir de duas categorias: a primeira quanto as relações dos movimentos dos Programas de Pós-Graduação das IES federais e estaduais presentes na região Sudoeste articulados ao contexto dos modelos de desenvolvimento vigentes, e a segunda, que se refere a apresentação de um quadro geral de caracterização dos programas de pós-graduação no Sudoeste do Paraná, a partir das IES-Instituições de Educação Superior, programas, ano de implementação e níveis ofertados.

Considerando as fases de pesquisa de Minayo (2012), a primeira etapa desta pesquisa foi estabelecida pelo seu caráter exploratório, pois compreendeu o recorte e opções teóricas acerca da temática de investigação. Diante disso, a técnica da pesquisa documental convergiu no sentido da exploração dos documentos oficiais, ou seja, no levantamento de dados pelos documentos: Documentos de Áreas (Base 2013) e Cadernos de Indicadores (Base 2013) em relação às propostas dos programas.

Em termos de estrutura, o presente artigo foi constituído a partir de quatro seções. A primeira seção tem o espaço introdutório que contempla a justificativa, os objetivos do estudo, bem como a apresentação. A segunda seção busca contextualizar as dinâmicas das políticas públicas no âmbito da Educação Superior. Na terceira seção aborda-se o contexto da educação superior e os movimentos atinentes à Educação Superior na referida região, evidenciando os movimentos de expansão da Educação Superior a partir dos Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*). E, por fim, as conclusões que sintetizam as principais análises.

## **2 As políticas públicas no contexto da Educação Superior: aspectos contemporâneos**

As análises em torno dos movimentos da Educação Superior - ES no Sudoeste do Paraná se tornam mais consistentes se contextualizadas ao cenário nacional, no que diz respeito às políticas públicas atreladas à expansão da ES. Foi a partir das últimas décadas que a expansão e a interiorização da Educação Superior no Brasil se consolidou de modo mais significativo, mediada pela criação de políticas públicas específicas para estes objetivos, tais como o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação Acadêmica e Expansão das Universidades Federais – REUNI e o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020). O Programa REUNI, originado pelo Decreto no. 6.096 de 2007 (BRASIL, 2007) apresenta como principal objetivo a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior no âmbito da graduação, bem como, melhor aproveitando da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades. Ainda, o Programa teve como meta a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento, bem como da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor, para no mínimo dezoito, ao final de cinco anos, a contar da data de implantação do Programa em cada instituição de Educação Superior. Para cumprir com os objetivos pretendidos, o documento estabeleceu como diretrizes: a) redução de taxa de evasão, especialmente no período noturno; b) ampliação da mobilidade estudantil, c) revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade, d) diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada, e) ampliação políticas de inclusão e assistência estudantil e f) articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Todavia, é importante considerar que nas concepções estabelecidas pelos estudos da ANDIFES (2012), evidencia-se que o Programa poderia ter sido compreendido numa dimensão de atuação política do Governo Federal mais incisiva, principalmente no sentido de sustentar uma redefinição do sistema público de ensino e como meio para se alcançar as metas do PNE – Plano Nacional de Educação. Além disso, é importante considerar o REUNI como um impulso decisivo para o restabelecimento do papel do Estado como indutor da expansão da Educação Superior pela retomada da atuação pública, e que ampliaria

condições para reverter a atual característica de predominância de matrículas no setor privado nesta modalidade de ensino.

Outra observação relacionada no referido relatório aponta que, devido ao longo período pelo qual as Universidades vivenciaram restritas perspectivas de expansão, foram poucas as que tiveram os seus Planos de Desenvolvimento Institucional –PDI, como referencial para elaboração das suas propostas de expansão, no âmbito do REUNI, embora o conjunto das IFES tenha considerado as metas no Plano Nacional de Educação –PNE (2001-2010) como diretrizes.

Neste sentido, no âmbito da Região Sudoeste do Paraná, é possível perceber que o REUNI contribuiu com condições necessárias à estruturação e desenvolvimento das IES públicas associado ao PNPG, também salutar para a expansão da Educação Superior da região pela via da Pós-Graduação. Isso significou também novas contratações de professores, possibilitando um incremento na pesquisa e conseqüentemente a verticalização pela Pós-Graduação. Tal cenário evidencia também as relações estabelecidas entre a educação e desenvolvimento. Para Nascimento (2001, p. 96), “educação e desenvolvimento são dois fenômenos pensados articuladamente um remetendo ao outro”. Além disso, o processo de expansão e interiorização via Pós-Graduação tem constituído um movimento que deverá qualificar profissionais com o foco na pesquisa, incrementando dessa forma os atuações a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão no contexto das demandas locais e regionais.

Isso significa dizer que as implicações advindas do Programa REUNI verificadas em âmbito nacional também podem ser percebidas no contexto da região Sudoeste do Paraná. De acordo com o relatório da Andifes (2012, p. 11), a “interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por Universidades Federais de 114 para 272 municípios, com um crescimento de 102%”.

É possível verificar também, que entre as décadas de 1960 e 2000 há um período de arrefecimento em relação aos processos de criação de novas IES federais, visto que foi no governo de Kubitschek a última expressiva criação, retomada a partir da metade dos anos 2000 em termos de maior potencial de criação de universidades num contexto de estímulo ao desenvolvimento do país. Daí as possibilidades de relacionar a educação e desenvolvimento, visto que o governo de Kubitschek pode ser considerado como um governo de estímulo reconhecidamente pautado para estratégias de desenvolvimento, sem desconsiderar, no entanto, os últimos governos, que tem contemplado a retomada do

desenvolvimento do país e a redução da pobreza e da desigualdade social, objetivos em diálogo com as agendas internacionais para o desenvolvimento e a educação.

Assim, diante da análise do REUNI e do atual contexto da Educação Superior brasileira constata-se que o programa foi criado não só para elevar os índices acesso e a permanência, mas também para contrapor a expansão da Educação Superior pela via privada. Afinal, tais movimentos fizeram com cursos e instituições privadas se proliferassem, tornando-se um nicho de mercado lucrativo para determinados segmentos, e por outro lado, impossibilitando o amplo acesso e permanência devido “à relação concreta com o acúmulo de capital cultural necessário para o ingresso e permanência na educação superior” (MOROSINI, 2012, p. 06).

Nesse mesmo contexto pode-se fazer um recorte e apontar para os horizontes no contexto brasileiro no contexto do desenvolvimento. O REUNI foi de fato uma relevante política para a retomada da expansão da Educação Superior pela via pública. Contudo, a política teve uma tendência de trazer mais resultados quantitativos do que qualitativos e é nesse sentido que a universidade e o governo, através de suas estratégias e ferramentas de gestão – dentre elas as políticas públicas, devem trabalhar nesse momento pós-REUNI, objetivando principalmente a qualidade do ensino de modo a elevar os dados qualitativos das universidades brasileiras. Devem, no entanto, repensar as estratégias e seu planejamento de modo a maximizar os resultados esperados levando em conta as considerações levantadas sobre o REUNI, como por exemplo, os limites e as possibilidades que são consequência do mesmo.

### **3 A região Sudoeste do Estado do Paraná: trajetórias da Educação Superior**

Desde a década de 1970, a Educação Superior no Brasil passa por mudanças e transformações apresentando dinâmicas e movimentos oriundos de políticas públicas que fomentaram o processo de expansão deste nível de ensino. Tal processo também foi vivenciado na região Sudoeste do Paraná, tanto pela via pública quanto pela via privada, no entanto, mediante processos singulares.

A região Sudoeste do Paraná, é composta por 42 municípios, com uma população de 587.505 habitantes (AMSOP, 2012), em uma área territorial de 17.060,444 km<sup>2</sup>. O PIB Per Capita de R\$ 16.100,00 a média nos municípios do Sudoeste do Paraná (IBGE/IPARDES, 2010). O índice médio de desenvolvimento humano (IDH - M) é de 0,71 (AMSOP, 2012). A Região caracteriza-se pela produção de soja, milho, trigo, bem como na

criação de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos e uma forte na área de serviços com a influência dos Arranjos Produtivos Locais – APL’s de móveis e de software. No que tange a Educação Superior, verifica-se que no período de 1969 até 1999, a Região Sudoeste do Paraná dispunha de apenas três Instituições de educação superior. “Estas ofereciam um total de 25 cursos, com aproximadamente 1200 vagas em diversas áreas” (CANOPF, et. al. 2005, p. 89). No entanto, é a partir da LDB/96 que ocorre o impulsionamento da expansão da educação superior brasileira, sendo que a mesmo ocorre pela via da iniciativa privada.

Diante disso, o movimento de expansão das IES no Sudoeste do Paraná teve início na década de 1990 e alcançou o seu ápice no ano 2000, com acesso pelas instituições públicas e privadas, que contemplam cursos de graduação na formação de bacharelado, licenciatura e tecnologia; e ensino na Pós-Graduação Stricto Sensu e Lato Sensu, este, especificamente após a metade da primeira década dos anos 2000. Considerando tais movimentos, o que se verifica no período recente é a continuidade do processo expansionista, neste momento, não mais exclusivamente pelo aumento das IES – Instituições de Ensino Superior e seus cursos, mas pela verticalização via Pós-Graduação.

Com a interiorização da Educação Superior, o processo de expansão no Sudoeste do Paraná ocorreu a partir de três frentes, uma a partir da verticalização do ensino médio para o superior de escolas particulares, outra a partir da iniciativa de grupos empresariais. A terceira frente esteve relacionada à expansão da Educação Superior pela via pública, a partir de um movimento que começou no início dos anos 1990, e que tinha o objetivo de trazer para a região uma IES pública, alcançado a partir da ação do Governo Federal em julho de 1986 cria o “Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico”, dando condições, no ano de 1993 para a descentralização do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR). Posteriormente, o CEFET-PR incorporou a FUNESP – Fundação de Ensino Superior de Pato Branco. Em consonância com tal movimento, em 1999 ocorre a incorporação da FACIBEL – Faculdade de Ciências de Francisco Beltrão pela UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná. O que se verifica é que a Educação Superior teve sua expansão pela via pública, mas principalmente pela via privada, e que nos anos de 1999 e 2000, esse movimento ocorre na Região Sudoeste do Paraná, ampliando-se de 04 Instituições de Educação Superior (IES) para 13 Instituições, acompanhando os movimentos nacionais de expansão pela via privada.

Em 2005, ocorre uma importante mudança e que seria marcante no período: a transformação do CEFET/PR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR -

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, modelo singular no sistema brasileiro e que passa a se constituir numa instituição federal brasileira que abrange o Ensino Médio com cursos técnicos integrados, e o Ensino Superior, oferecendo cursos de Bacharelados, Licenciaturas, Tecnológicos e Pós-Graduação de Mestrados e Doutorados em diversas áreas de conhecimento. Deste modo, a última década constitui outro momento histórico na região sudoeste do Paraná, qual seja, a retomada das instalações de IES públicas federais: a UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, no município de Realeza e as Faculdades Integradas de Palmas – PR, denominadas de FAFI/FACEPAL existentes desde 1969, são transformadas em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, que no ano de 2010 mediante as reestruturações das políticas nacionais e a partir de iniciativas e integração de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, obtêm mais um avanço com a aprovação e incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR – Instituto Federal do Paraná.

Assim, verifica-se como significativo o recente movimento de expansão das IES no Sudoeste do Paraná ocorrido entre a década de 1990 até meados de 2010, representado por instituições públicas e privadas, que contemplam cursos de graduação na formação de bacharelado, licenciatura e tecnologia, bem como pelo ensino na Pós-Graduação em cursos de especialização (*Lato Sensu*) e Programas de Mestrado e Doutorado (*Stricto Sensu*). Atualmente a região Sudoeste possui 20 IES públicas e privadas na modalidade de ensino presencial, sendo que destas, 10 IES são de caráter público e 10 de caráter privado, de acordo com o quadro a seguir. Destas, 10 IES são de caráter público e 10 de caráter privado. Considerando esses movimentos, o que se verifica no período recente e de modo empírico é a continuidade do processo expansionista não mais exclusivamente pelo aumento das IES – Instituições de Educação Superior e seus cursos de graduação, mas pela verticalização via Pós-Graduação. De modo que o processo de implantação e expansão da Pós-Graduação na região Sudoeste do Paraná também fora fomentado neste período, conforme se constata no quadro a seguir:

Instituições Educação Superior - IES	Programas	Áreas da CAPES	Ano de Criação	Nível
UTFPR – Câmpus Pato Branco	PPGAG - Agronomia	Ciências Agrárias	2007 2012	Mestrado e Doutorado
	PPGDR - Desenvolvimento Regional	Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	2010	Mestrado
	PPGEE -Engenharia Elétrica	Engenharias IV	2009	Mestrado
	PROFMAT - Matemática em Rede Nacional	Ensino de Ciências e Matemática	2012	Mestrado Profissional
	PPGTP - Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos	Engenharias II	2011	Mestrado
	Engenharia de Produção e Sistemas	Engenharias III	2014	Mestrado
	Engenharia Civil	Engenharias I	2014	Mestrado
	Letras	Linguística, Letras e Artes	2014	Mestrado
UTFPR – Câmpus Dois Vizinhos	Zootecnia	Zootecnia/Recursos Pesqueiros	2011	Mestrado
UTFPR – Câmpus Francisco Beltrão	Tecnologia de Alimentos	Ciência de Alimentos	2011	Mestrado Profissional
UNIOESTE – Câmpus Francisco Beltrão	PPDRA – Gestão e Desenvolvimento Regional	Administração	2013	Mestrado
	PPGE – Educação	Educação	2012	Mestrado
	Geografia	Geografia	2009	Mestrado

Quadro 01 – Programas de Pós-Graduação da região Sudoeste do Paraná.  
 Fonte: Dados de Pesquisa - CAPES (2014).

Assim, observa-se que mudanças substantivas ocorreram na educação superior da região Sudoeste do Paraná nos últimos vinte anos e expressam um movimento dialético que envolve os aspectos internos e externos das instituições de ensino superior, bem como na

sociedade em que se encontram não somente no contexto nacional e regional, mas no âmbito da internacionalização da educação superior. O desenvolvimento científico e tecnológico, bem como formativo, são imprescindíveis para que essas ações venham no sentido de consolidar os programas implantados e que envolvem a incorporação de pessoal qualificado em pesquisa e pós-graduação.

A partir dos dados expostos no quadro, destacam-se três municípios que abrigam as universidades federais e estaduais com cursos de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em áreas de Ciências Agrárias, Engenharias, Matemática, Probabilidade e Estatística, Planejamento Urbano e Regional/ Demografia, Zootecnia/Recursos Pesqueiros, Ciência de Alimentos, Educação e Geografia.

A oferta desses programas de pós-graduação contribui para que o país possa superar alguns dos desafios pautados no PNPG 2011-2020, o que também foi observado na região Sudoeste do Paraná, que teve a sua expansão em diferentes áreas. A conquista e resultados, está na implementação de 13 (treze) programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) no período de 2007 a 2014, nesta região, que evidencia o crescimento exponencial em um curto período de tempo dos programas de Pós-Graduação em Agronomia, Engenharias e Desenvolvimento Regional.

Esses programas que de um lado repercutem a perspectiva do cenário econômico e social, de outro, propõem soluções de problemas e estudam formas de gestão eficientes na realidade local e regional.

Os programas encontram-se nas IES da UTFPR e UNIOESTE, ambas públicas, em distância geográfica de aproximadamente 70km. Fator relevante é a questão do tempo de constituição dessas, bem como a emergente criação dos programas em oito (8) áreas da CAPES: Ciências Agrárias, Engenharias, Matemática, Probabilidade e Estatística, Planejamento Urbano e Regional/ Demografia, Zootecnia/Recursos Pesqueiros, Ciência de Alimentos, Educação e Geografia.

A distribuição dos programas de pós-graduação na região Sudoeste do Paraná, estão situados em áreas de Engenharias com indicadores expressivos no que diz respeito a fomentar e alimentar a pesquisa de alto nível para o país, bem como superar os desafios e desenvolver sua ciência e tecnologia, bem como para atender à solicitação de qualificação e formação básica com perfil moderno e espírito empreendedor.

Nas áreas das Ciências Agrárias e Planejamento Urbano e Regional dos programas de pós-graduação em Agronomia, Planejamento Urbano e Regional, observam questões de

ção regional, com abordagens de temas transversais da ciência, passando pela interdisciplinaridade.

De modo que os programas da Educação, Matemática e Geografia, atuam na verticalização do ensino com ampliação das pesquisas que lidem com os processos pedagógicos de forma interdisciplinar. Na região sudoeste do Paraná, é perceptível que as políticas públicas no contexto de Educação Superior não foram apenas instituídas ao contexto regional, mas proporcionaram desenvolvimento participativo, atento às principais mudanças de ordem nacional e internacional. De certa forma, esta região paranaense apropriou-se das ações governamentais, priorizando iniciativas no âmbito educacional, além de expandir as vagas da Educação Superior de maneira geral, também implementou nos últimos anos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, que vêm oportunizando a formação especializada e profissionais no campo da ciência, tecnologia e inovação.

Desta forma, pode-se afirmar que as movimentações em torno dos processos educacionais das universidades e instituições da educação superior, em suas variadas dimensões, promovem ações orientadas ao desenvolvimento das políticas públicas.

## **Considerações Finais**

Em relação à Educação Superior, na região, é possível considerar que a sua trajetória de expansão consolida-se a partir de três períodos distintos. O primeiro ocorre entre o final da década de 1960 e década de 1970; o segundo ocorre no final da década de 1990, orientado pelas políticas do governo Fernando Henrique Cardoso, capitaneadas pela iniciativa privada, e mais recentemente, no terceiro período, a partir do ano de 2002, orientado pelas políticas dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. É preciso considerar que os movimentos em torno da expansão da Educação Superior, nesta região, processam-se, constituindo outro momento histórico singular, em termos de análise - o resgate da atuação pública, principalmente pelas políticas públicas como o REUNI e o PNPQ 2011-2020. Este panorama também dialoga com o momento presente de expansão de caráter público no Sudoeste do Paraná, que se deu principalmente pela instalação de duas IES públicas federais: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), nos municípios de Realeza e o Instituto Federal do Paraná (IFPR), no município de Palmas. Outro movimento de expansão da Educação Superior, em processo, é representada pela Pós-

Graduação (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*), indicando um processo de verticalização e expansão das IES consolidadas durante a década de 1990 e 2000.

Esses movimentos que se relacionam com os movimentos nacionais, denotando pontos em comum, revelam que estes fazem parte dos vários momentos de inserção e de expansão do capitalismo no Brasil, em outras palavras, as políticas públicas de desenvolvimento, envolvendo ou não a educação superior, em quaisquer que sejam as modalidades de que façam parte — na forma de planejamentos econômicos, planos de metas, programas, dentre outros, tendo o Estado como articulador de tal processo.

## Referências

AMSOP – **Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná**. Banco de dados do Sudoeste do Paraná. Disponível em: <<http://www.amsop.com.br/sudoeste.php?lc=ativa>>. Acesso: 14 jun. 2013.

ANDIFES. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, sobre a Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: ANDIFES, 2012.

BRASIL. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – Diretrizes Gerais**, Ago 2007. Disponível em <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 de ago. de 2012.

CANOPF, Liliane; FESTINALLI, Rosane Calgaro and ICHIKAWA, Elisa Yoshie. **A expansão do ensino superior em administração no sudoeste do Paraná: reflexões introdutórias**. Rev. adm. contemp. [online]. 2005, vol.9, n.3, pp. 79-97. ISSN 1982-7849. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552005000300005>

FRANCO, Maria Estela Dal Pai e MOROSINI, Marília Costa. Políticas Públicas de Educação Superior: compromissos, cooperação e desafios. Ulbra - GT: Política de Educação Superior /n.11. 2003. Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/mariaesteladalpaifranco.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/mariaesteladalpaifranco.rtf). Acesso em: 01 jan. 2013.

GEOCAPES – Dados Estatísticos. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/> Acesso em: 05 ago. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOROSINI, Marília C. et al. **O Brasil e a Educação Superior**. Rio Grande do Sul, 2012.

ROSSATO, Ricardo. Universidade: nove séculos de história. 2. ed. rev.e ampl. Passo Fundo: UPF, 2005.



TRINDADE, Hégio. A universidades frente à estratégias do governo. In: TRINDADE, Hégio (org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes/Porto Alegre: CIPEDS, 1999.